

**Mbembe, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018, 80p. ISBN 9788566943504****MATHEUS SOUSA MARQUES<sup>1</sup> & TAINAH PEREIRA<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este trabalho resenha o ensaio *Necropolítica*, do filósofo camaronês Achille Mbembe, recentemente republicado em 2018. O autor demonstra como a questão da soberania deve levar em conta, na contemporaneidade, não somente uma questão de autonomia individual e de busca pela liberdade, mas também o caráter de morte nela presente. Nesse sentido, Mbembe compreende a soberania como a expressão máxima de poder e capacidade de decisão sobre quais vidas merecem ser vividas e quais corpos são matáveis.

**Palavras-chave:** Estado de Exceção; Biopoder; Soberania.

**Abstract:** This paper presents a review of the essay *Necropolitics* by Achille Mbembe, a Cameroonian philosopher, recently republished in 2018. The author demonstrates how the question of sovereignty must not only take into account, in contemporary times, a question of individual autonomy and the search for freedom, but also the character of death in it. In this sense, Mbembe understands sovereignty as the ultimate expression of power and decision-making capacity over which lives deserve to be lived and which bodies are killable.

**Keywords:** State of Exception; Biopower; Sovereign.

Recebido em:  
13 de Dezembro de 2018

Received on:  
December 13, 2018

Aceito em:  
19 de Dezembro de 2018

Accepted on:  
December 19, 2018

DOI: 10.12957/rmi.2018.39278

<sup>1</sup> Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). **Endereço para correspondência:** Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão João Lyra Filho, 9º andar, Bloco F, sala 9037, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - CEP: 20550-013. **E-mail:** sousamarques94@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Ciência Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UNIRIO). **E-mail:** sp.tainah@gmail.com

O ensaio de Achille Mbembe, *Necropolítica*, trata da questão da soberania e a sustenta como expressão máxima de poder e capacidade de decisão sobre quais vidas merecem ser vividas e quais corpos são matáveis. Ou seja, a soberania permite definir quem importa e quem não importa para a lógica política vigente, quem é descartável e quem não é.

Para tal empreendimento, o autor camaronês procura elucidar a maneira como esse conceito de soberania foi encarado, de forma fortemente normativa, como um projeto de autonomia, desempenhado por homens e mulheres livre e iguais, criando uma narrativa na qual os sujeitos seriam os principais controladores de seus próprios significados. Além disso, de acordo com essa visão da soberania por parte da filosofia clássica, a busca da razão configurava o elemento constitutivo dessa autonomia soberana e que proporcionava aos sujeitos o alcance à noção de liberdade.

Portanto, nessa definição de soberania clássica e ocidental, a consideração sobre esse trabalho de morte, o qual Mbembe denomina *necropolítica*, não existe. Todavia, Mbembe sugere tratar de formas de soberania cujos projetos não perpassem por essa luta constante

por autonomia através do exercício da razão. O ensaio propõe, na verdade, um olhar sobre categorias fundadoras menos abstratas e mais táteis, como a própria vida e a morte. Essa lógica soberana que considera os efeitos marcantes da *necropolítica* seria constituinte do próprio *nomos* do espaço político contemporâneo, como o texto demonstra através de seus inúmeros exemplos da Política Internacional dos dias atuais.

A partir das postulações de Michel Foucault sobre a *governamentalidade* particular do neoliberalismo, Mbembe desenvolve sua própria chave de leitura da atualização da lógica de produção e reprodução capitalista. Publicado pela primeira vez em 2003, o texto nos ajuda a pensar tanto as crises capitalistas daquele período quanto a mais recente, cujo ápice se deu em 2008 e que ainda parece não ter sido totalmente compreendida ou resolvida. Afinal, é possível dizer que o pós-crise de 2008 nos está levando a uma reconfiguração da razão biopolítica do capitalismo neoliberal?

Nesse sentido, a investigação de Mbembe possibilita pensar as técnicas e dispositivos das mentalidades de governo contemporâneas, relacionando-as aos conceitos de guerra, resistência, sacrifício e terror. A partir das

colocações de Arendt e Agambem sobre os campos de concentração nazista e o conceito de Estado de Exceção, o autor identifica uma estrutura não só político-jurídica como também subjetiva, que reduz o indivíduo ao seu corpo biológico, desprovedo-o de estatuto político e facilitando o que o próprio autor chama de “trabalho de morte”. O Estado de Exceção, logo, é a base normativa do direito de matar. Essa nova leitura da política revela na soberania, entendida nos termos de Mbembe, um exercício contínuo sobre esse direito de matar e deixar viver, sendo essa dinâmica a manifestação de um poder soberano.

Sendo assim, o *necropoder* e sua expressão de soberania estão longe de ser uma insanidade. Na verdade, eles atuam na produção de uma racionalidade específica que faz parte da construção das relações na contemporaneidade. Portanto, mesmo os acontecimentos mais brutais da História - Mbembe aponta os exemplos do Terror durante a revolução francesa, dos regimes escravocratas e o Apartheid na África do Sul, devem ser vistos como inseridos dentro desse nexo e não como pontos fora da curva. Esse apelo recorrente à exceção – que se torna regra – permite a emergência de uma noção ficcional de sujeitos “inimigos” da ordem e da razão. Daí o destaque do

racismo na própria racionalidade do *biopoder*.

Mas, essa desumanização gerada pela racionalização racial não se encerra com o fim da escravidão e os processos de independência. O texto aponta como, tanto pelo viés naturalista quanto pelo historicista, o poder é justificado à margem da lei na colonialidade moderna. Territórios classificados como selvagens continuam a sofrer com essa lógica de ocupação, como Mbembe demonstra com os exemplos de territórios ocupados na Palestina.

Exemplo mais bem-sucedido da lógica do *necropoder*, a ocupação colonial contemporânea da Palestina se difere das experiências coloniais do passado porque, agora, a narrativa que diferencia palestinos e israelenses é sustentada pela ideia de que o Estado de Israel tem o direito divino de existir. Como consequência, todos os corpos em conflito com o “terror sagrado da verdade”, nas palavras do autor, são relegados a um status indefinido, entre sujeito e objeto. A Palestina oferece o arquétipo da combinação entre disciplina, *biopolítica* e *necropolítica*.

Da mesma forma, para o autor, as guerras da época da globalização (Iraque, Afeganistão) que seguem essa soberania, procuram forçar o inimigo à submissão, ignorando os efeitos e

consequências imediatas de suas ações militares, principalmente sobre a vida dos civis, criando “mundos de morte”. Ademais, o exercício do direito de matar não mais é monopólio dos Estados nacionais e de seus exércitos regulares. As novas “*máquinas de guerra*” perpetuam mosaicos de direitos de governar e organizações heterônimas nos conflitos que contribuem para a perpetuação do *necropoder*.

A partir disso, as próprias manifestações de resistência se reconfiguram e se inserem na racionalidade da morte. A

subjugação da vida à morte, no nexa da *necropolítica*, torna tênues as fronteiras entre o terror, o sacrifício e as resistências, como demonstra o autor em suas indagações sobre o papel da figura do terrorista, que tira sua própria vida e a de outros sujeitos diante de situações marcadas por violências. Dessa maneira, o ensaio se demonstra frutífero para a compreensão de como as fronteiras entre martírio e liberdade; sacrifício e redenção; e resistência e suicídio desaparecem na racionalidade desses “trabalhos de morte”.

---